



Debate marca dez anos da Lei Estadual de Recursos Hídricos

Um debate, realizado na última quinta, 29, no qual o grande convidado foi o presidente da ANA, José Machado, marcou os dez anos da entrada em vigor da Lei 13.199, que instituiu a Política Estadual de Recursos Hídricos. Em seu discurso, José Machado fez um balanço da situação dos estados em relação ao assunto e destacou os grandes desafios a serem vencidos para que as políticas de recursos hídricos sejam realidade em todos os Estados. Particularmente sobre Minas, ele considera que o Estado se destaca dos demais porque, além de uma lei já em vigor, possui um órgão executivo também em funcionamento, o Instituto Mineiro de Gestão das Águas, o Igam.

José Nelson de Almeida Machado, que, além de conselheiro da Abes Nacional, é o diretor-geral da agência de bacia Peixe Vivo, considera que em Minas a implantação da Política Estadual de Recursos Hídricos não ocorre nem em uma velocidade acelerada nem devagar. Ele estava presente na solenidade de quinta-feira. E lembrou que devido à extrema capilaridade da política de águas, os dez anos transcorridos entre a aprovação da lei e os dias atuais constituem um tempo justo e condizente com complexidade que é a implementação de uma Política Estadual de Recursos Hídricos nos termos preconizados pela Lei 13.199.

Internautas rejeitam energia nuclear

Mais da metade (57%) dos internautas que, durante a última semana, votaram na nova enquete da Abes-MG, consideram que a energia nuclear não é uma energia limpa, como chegam a afirmar alguns ambientalistas, tendo em vista o baixo nível de CO₂ que seria gerado pelas centrais nucleares. A enquete está no ar desde a última segunda-feira. Para votar, basta acessar o site da Abes-MG, no endereço www.abes-mg.org.br

Abes ajudará a definir normas de outorga de grande porte

A entidade foi convidada a participar do grupo de trabalho montado pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas para redigir a minuta de deliberação normativa com os critérios para a aprovação de outorgas de grande porte pelos comitês de bacia. A definição de tais normas foi aprovada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos no dia 24 de novembro do ano passado. O representante da Abes no grupo de trabalho será o presidente da entidade, Márcio Tadeu Pedrosa.

Entidade discute transferência de áreas da união

Outro convite à Abes-MG foi para a que a entidade participe do grupo de trabalho de nível estadual que irá definir critérios para a transferência de áreas da União, com vocação habitacional, para associações e cooperativas que atuam nesta área. Entre as áreas cuja transferência será analisada pelo grupo, estão as que compõem o patrimônio da antiga Rede Ferroviária Federal. A representante da Abes-MG neste grupo de trabalho será a vice-presidente da entidade, Maéli Estrela Borges.